

Sindicato dos Médicos rebate Ministro da Saúde

O Presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), Cid Carvalhaes rebateu as afirmações feitas pelo Ministro da Saúde, Saraiva Felipe, que atribuiu o aumento crescente do número de casos de mortes por câncer no país à falta de diagnóstico precoce da doença e à falta de qualificação dos profissionais que atuam, principalmente na rede básica de saúde

“O ministro reconhece, assim, a impropriedade na abertura de novas Faculdades de Medicina. Temos médicos demais no país e o grande problema é a qualidade do ensino que deixa a desejar em um grande número de escolas”, destaca o dirigente sindical.

Cid Carvalhaes também comenta as declarações do Secretário da Saúde do Estado de São Paulo, Luiz Roberto Barradas Barata, de que o número de mortes de portadores de câncer, chega a 39 mil por ano. Afirma que o Simesp vê com grande preocupação o fato de autoridades responsáveis pela área da saúde no estado e no país, “admitirem inoperância nos serviços por eles dirigidos”.

O Presidente do Simesp enfatiza que a entidade, ao se posicionar na vanguarda da garantia de um sistema de saúde eficiente, ágil e universal para todos, “nada mais faz do que trabalhar pela efetivação da primeira função do médico que é prevenir doenças e garantir a saúde”.

Fonte: RS Press Comunicação

PL que institui a CBHPM passa pela última comissão

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aprovou no dia 6 de outubro, o relatório do Dep. Nelson Pellegrino (PT/BA), ao PL 3466/2004 – CBHPM, que “estabelece critérios para a edição de lista referencial de honorários médicos em âmbito nacional, e dá outras providências”

Houve uma mudança de redação do relator, em que ele acrescentou o § 4º ao caput do art. 2º, sem portanto modificar o texto. O relatório apresentado na CCJC, é pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Acompanhe a seguir a nova redação proposta:

Artigo 2.º A Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na forma do art. 4º, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, elaborará, implantará e, sendo necessário, revisará o “Rol de Procedimentos e Eventos Médicos – RPEM”, após o término de negociação entre as operadoras de planos e seguros privados de saúde com os profissionais médicos e/ou pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde, até o dia 31 de março de cada ano-calendário.

O Projeto de Lei nº 3.466, de 2004 já tinha sido aprovado também pelas Comissões de Seguridade Social e Família; e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Agora segue para a votação na Câmara dos Deputados em regime de urgência, para depois ser avaliado pelo Senado Federal, se for aprovado restará a decisão do Presidente da República de vetar ou sancionar o projeto em questão.

Fonte: Napoleão Puentes de Salles – Consultor Parlamentar